ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

SEÇÃO TEMÁTICA

PANORAMA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL 2023

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 39 (2023)

30 ANOS ANPEGE

DOI: 10.5418/RA2023.V19I39.17474

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 39 (2023) | e-issn: 1679-768x

A AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL (CAPES: QUADRIÊNIO 2018-2021): DO MEDO DA EXTINÇÃO AOS MÉRITOS DA ELEVAÇÃO DE NOTAS.

The assessment of brazilian postgraduate studies in Geography (CAPES: 2018-2022 Quadrennium): From the fear of extinction to the merits of raising grades.

L´évaluation du second cycle de Géographie brésilienne (CAPES: Quadriennat 2018-2022): De la peur de l´extinction aux mérites de l´élévation de Notes.

MARIA TEREZA DUARTE PAES
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Resumo: Este artigo faz uma análise sintética da Avaliação Quadrienal da Área de Geografia (2018-2021) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a partir de um breve histórico da Área, da criação, da expansão e da distribuição regional dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) no país, e da evolução da estrutura de Notas dos PPGGs. Como fonte principal dessas análises, foram tomados como referência os principais documentos produzidos durante a gestão do último quadriênio (Documento de Área; APCN; Ficha de Avaliação; Relatórios de Avaliação; entre outros) e as cartas e sínteses provisórias produzidas durante essa gestão. Os dados quantitativos, a experiência vivida durante a coordenação de área e as informações obtidas no período foram sintetizados neste texto e em suas representações numéricas e espaciais aqui expostas.

Palavras-Chave – Geografia; Avaliação Quadrienal; Pós-Graduação; Brasil

Abstract: This paper presents a synthetic analysis of the Quadrennial Assessment of the Geography Area (2018-2021) by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), by providing a brief history of the Area, the creation, expansion and regional distribution of the Postgraduate Programsin Geography (PPGG) in the country, and the evolution of the grades structure of the PPGG. As the primary source of these analyses, we used as references the main documents produced during the management of the last quadrennium (Area Document; APCN; Assessment Form; Assessment Reports; among others) and the letters and provisional syntheses produced throughout this term. The quantitative data, the experience lived while serving in the area coordination, and the information obtained in the period were synthesized in this text and in its numerical and spatial representations exposed here.
Keywords – Geography; Quadrennial Assessment; Postgraduate Studies; Brazil

Résumé: Cet article propose une analyse synthétique de l´Évaluation Quadriennale de l´Aire de Géographie (2018-2021) de la Coordination de Perfectionnement du Personnel de Niveau Supérieur (CAPES), à partir d´un bref historique de cette Aire, depuis la création, jusqu´à l´expansion et la diffusion régionale des Programmes de Second Cycle de Géographie (PPGG) dans le pays, et de l´évolution de la structure de Notes des PPGG. Comme source principale de ces analyses, ont été pris en compte les principaux documents produits durant la gestion du dernier quadriennat (Document de l´Aire; APCN; Fiche d´Évaluation; Rapports d´Évaluation; parmi d´autres), ainsi que les lettres et synthèses provisoires produites au cours de cette gestion. Les données quantitatives, l´expérience vécue pendant la coordination de l´aire et des informations obtenues au cours de cette période ont été synthétisées dans ce texte et dans leurs représentations numériques et spatiales ici présentées.

Mots-clés: Géographie; Évaluation Quadriennale; Second Cycle; Brésil

INTRODUÇÃO

Quando iniciamos na Coordenação da Área de Geografia na Capes, na gestão que se seguiu de abril de 2018 a dezembro de 2023, com esta que vos fala, Maria Tereza Duarte Paes (Unicamp), na Coordenação o Coordenador Adjunto, Antonio Carlos

de Barros Corrêa (UFPE) e o Coordenador de Programas Profissionais, Gláucio José Marafon (UERJ), não imaginávamos o período de trevas que se seguiria às eleições presidenciais de outubro de 2018.

No início de 2018, a estrutura de Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) contava com 65 Programas, sendo 37 ME e DO, 25 apenas ME e 3 Mestrados Profissionais. Dentre estes, 39% (25 PPGG) eram de Programas nota 3; 27% (17 PPGG), de Programas nota 4; 22% (14 PPGG), de Programas nota 5; 9% (6 PPGG), de Programas nota 6; e 3% de Programas nota 7 (2 PPGG) (Capes, Relatório da Avaliação Quadrienal – Geografia, 2017). Antes da última Avaliação Quadrienal em 2022, dos 76 PPGs da Área de Geografia, 38 (50%) possuíam nota 3 ou tinham sido criados no último APCN (2018/2019) como Programas novos.

Desde a aprovação dos APCNs (2017-2018/2019), a área passou a contar com 76 PPGGs, sendo 37 DOs/MEs, 35 MEs e 4 Mestrados Profissionais (MP) (Unesp/PP, IFPI/Piauí, UEFS/Feira de Santana e UFRN/Caicó), ou seja, 113 PPG, em um total de 72 Mestrados e 37 Doutorados e 1 Mestrado Profissional em Rede (PROFGEO) aprovado em 2020, com edital de seleção em 2021 e ingresso da primeira turma em 2022. Esse quadro geral já demonstrava a solidez da estrutura da pós-graduação em Geografia no Brasil e o importante papel desta na formação de quadros qualificados para o ensino, para o trabalho em várias esferas do setor público e privado, e para as inúmeras áreas do planejamento territorial (Capes – Relatório Seminário Meio Termo, 2019, p. 5).

Em 1995, Diniz (1995, p. 1), ao tratar da crise da Universidade, ao considerar o papel privilegiado e elitista da pós-graduação e criticar a ameaça de perda de autonomia frente às orientações das agências de fomento, já constatava o importante papel da Capes no suporte da estrutura de PG do país:

> Não resta dúvida que isso só foi possível graças ao apoio de agências governamentais como o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e, sobretudo, a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), não só através de financiamentos diretos para pesquisa, complementação salarial e equipamentos, como também de bolsas de estudos.

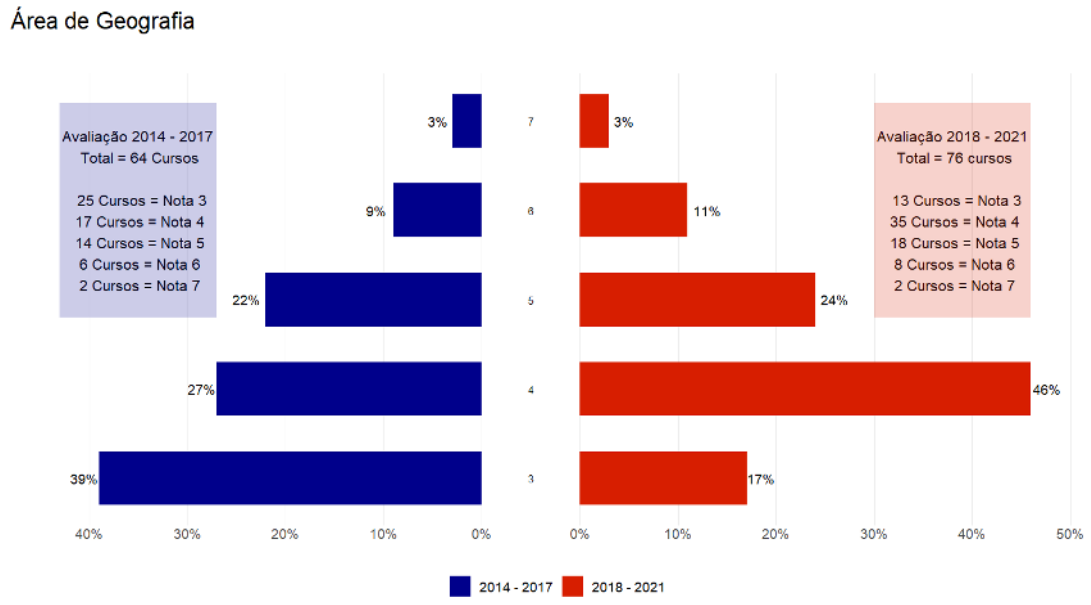
Naquele momento, 1995, a Geografia ocupava apenas 0,9% do total de PPG do país, com 11 programas (4 D e 11 M). Hoje ela cresceu um pouco no quadro geral, embora existam áreas muito grandes que distorcem essa análise comparativa, como a Educação, as Medicinas e a Área Insterdisciplinar. Dos 6.927 cursos de pós-graduação credenciados e avaliados pela Capes, a Geografia possui 76 Programas, ou seja, 1.10% do total, excluindo o PROFGEO.

Ao final de 2022, como resultado do processo de Avaliação Quadrienal dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGG – 2018-2021), contávamos com 77 Programas, sendo 1 (um) PROFGEO, Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional, criado nesta gestão para a inclusão e formação continuada de docentes da educação básica, que estejam ativos na docência em Geografia, em redes públicas ou particulares. Entre os 76 PPGGs, 13 são nota 3 (17%), 35 programas são nota 4 (46%),

18 são nota 5 (24%), 8 são nota 6 (11%) e 2 são nota 7 (3%). Essa alteração da pirâmide (Figura 1) reflete a consolidação dos PPGGs no Brasil, com a diminuição da base de sua estrutura. Apesar da maioria das notas 3 serem de cursos novos (< 4 anos), alguns funcionavam há mais de 10 ou 15 anos, como a UFMT. Ocorreu também uma grande ampliação dos cursos consolidados (nota 5) e, sobretudo, de nota 4, maior faixa da estratificação geral de notas.

O Gráfico 1 a seguir mostra a evolução dos PPGGs e sua estrutura de notas nos dois últimos quadriênios:

Gráfico 1 – Estrutura de distribuição de notas dos PPGGs nos dois últimos quadriênios (2014-2017 e 2018-2021)



Fonte: Relatórios de Avaliação da Área de Geografia (Capes, 2017 e 2022). Organização: da autora. Elaboração – Ulises Rodrigo Magdalena.

Esta nova configuração aponta para a possibilidade da ampliação dos programas de excelência (notas 6 e 7) na próxima Avaliação Quadrienal, e para a ampliação dos Programas de Doutorado em Geografia no país, considerando os que obtiveram a nota 4 e, agora, são elegíveis para solicitação de APCN (Aplicativo para Propostas de Cursos Novos) para abertura de Doutorado. Importante registrar que a área de Geografia ainda não possui cursos de Doutorado Profissional (DP) e carece de ampliação e amadurecimento da concepção de Mestrados Profissionais (MPs). Alguns APCNs inscritos para MP, durante o último Quadriênio, não foram aprovados, pois se equivocaram em sua concepção, com a elaboração de proposições ainda muito pautadas nos critérios e na natureza dos Mestrados Acadêmicos (MA). No entanto, os MPs constituem uma modalidade de pós-graduação importante para a Geografia, com possibilidade de expansão, tanto regionalmente, como por categoria de formação específica.

Ainda com muitos desafios pela frente, e lembrando que esta estrutura é extremamente dinâmica em sua configuração, pois depende de um quadro de profissionais, docentes e discentes que se aposentam, se formam, ingressam ainda jovens nas IES, ou, simplesmente, mudam de mentalidade, é sempre importante o retrato desta configuração a cada momento e na linha do tempo, ou desta *estabilidade relativa* de cada período dessa nossa *memória coletiva* inserida na *memória social ou histórica* (HALBWACHS, 1990), de modo que possamos nos identificar, assim como ter ciência sobre os avanços e as carências ainda presentes nesse processo. A elevação das notas dos PPGGs, particularmente das notas 4 e 5, que representam a consolidação dos programas, não significa apenas números para comporem uma estatística qualquer da Capes. Cada programa que elevou a sua nota terá a possibilidade de receber mais recursos, mais prestígio, ampliar áreas, linhas e objetos de pesquisa, receber mais bolsas, organizar mais eventos, abrir mais vagas para a formação dos discentes, subsidiar melhor as pesquisas e a participação em eventos e em publicações em periódicos qualificados, estabelecer redes científicas, ampliar o trabalho de extensão universitária, enfim, não estamos falando apenas de números, mas de um poder multiplicador que envolve pessoas, de uma expansão reverbera, gradativamente, em cada um desses lugares e nos grupos sociais que atuam na formação docente e discente da pós-graduação.

Em um texto quase literário, o qual tece o seu enredo com autores que tomam a memória – de palavras e de dados –, como trilhas a serem percorridas, esquecidas ou exaltadas, Souza Neto (2014), em seu Resumo, com uma interpretação mais ácida sobre o modelo de avaliação, afirma:

> O trabalho realiza uma crítica à lógica de produção mercantil da pós-graduação em Geografia no Brasil, caracterizada por uma subordinação colonizada aos modos de fazer ciência nos países e instituições científicas dos centros capitalistas e que entre nós estão sendo aplicadas por associações profissionais e instituições de fomento, tais como ANPEGE e CAPES.

De lá para cá, tanto a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege) quanto a Capes e as suas representações seguem o seu curso; a primeira com o papel de mediadora entre os Programas e as agências de fomento; a Capes, sobrevivente nos períodos anteriores, de grande *glamour*, e, no último período, de quase extinção; e nós, docentes em papéis de representação em ambas, que buscamos, de alguma forma, contribuir com o trabalho de analisar e rever, continuamente, os princípios, os conceitos, as teorias e as metodologias empregados na avaliação da produção científica, de modo que tais instituições contribuam para o bem coletivo. Embora o trabalho de administradores e gestores seja um tanto estigmatizado entre os intelectuais – sobretudo entre os mais ideologizados –, estes não veriam o desenvolvimento de suas pesquisas sem uma estrutura organizacional e financeira de suporte; seriam, como apontou Touraine (1976), intelectuais fracassados.

Por vezes, os questionamentos e a instabilidade do sistema de avaliação vêm de dentro da própria comunidade – falarei disso mais à frente –; outras vezes, são internos à própria instituição, quando é importante a resistência. No rápido período no qual assumiu

a presidência da Capes o Prof. Dr. Benedito Guimarães Aguiar Neto, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em 2020, houve uma tentativa explícita de mudança de cultura no trabalho interno da Diretoria de Avaliação (DAV/Capes), com a proposição de dissolução dos três Colégios (Humanidades, Ciências da Vida e Exatas) para uma estrutura conjunta de áreas disciplinares, e uma marcação de território, ao desconsiderar o que já era sabido oficialmente, mas que funcionava com outra inteligência emocional: a importância dos debates e pareceres nos Colégios, antes de as pautas seguirem para deliberação no CTC (Conselho Técnico-Científico da Educação Superior) e no CS (Conselho Superior). Uma mudança de cultura no trabalho, uma deliberada estratégia de enfraquecimento das nossas representações, cadeiras tão importantes na mediação entre o processo de avaliação e as áreas. Não "somos a Capes", somos funcionários e funcionárias de IES que as representa na Capes, e estas representações são, sim, fundamentais para a preservação dos programas de pós-graduação no país. E aqui não posso deixar de concordar com Sousa Neto (2014, p. 10): "As razões privadas para a coisa pública são mercantis, mas os mercadores-acadêmicos chegam a ser medievais, como no tempo das corporações de ofício".

BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Embora a Capes tenha iniciado as suas atividades em 1952, apenas em 1965 um decreto ministerial formalizou a estrutura de pós-graduação brasileira, tomando por base o modelo norte-americano, organizado em mestrados e doutorados.

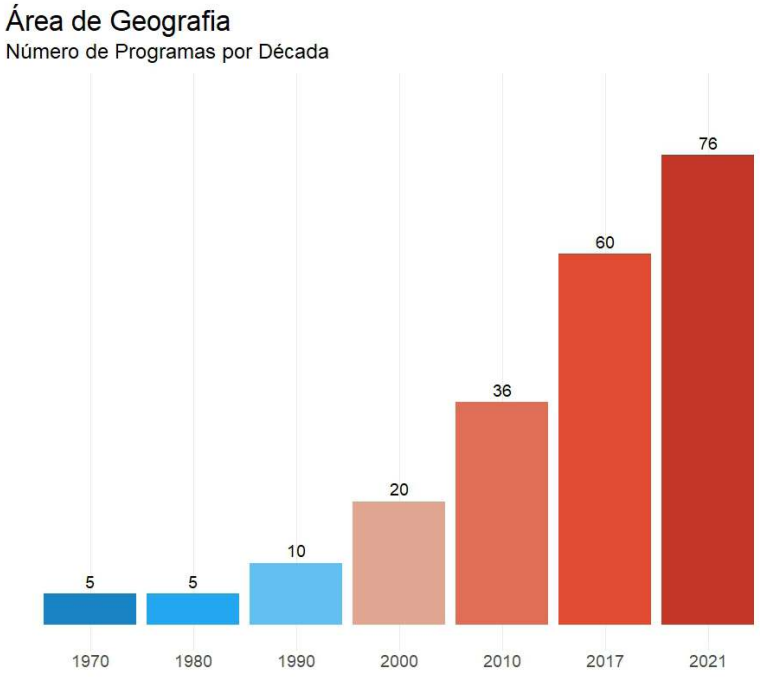
A pós-graduação em Geografia no Brasil inicia-se no começo da década de 1970, com a fundação dos programas (M e D) da Universidade de São Paulo (USP) em 1971 (Geografia Física e Geografia Humana), do Mestrado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1972 – o seu doutorado é dos anos 1990 –, seguidos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1976, e pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Rio Claro), em 1977. Apesar desta estrutura inicial, os programas, de maneira geral, careciam de doutores, o que os tornava vulneráveis em relação à qualidade.

Para corrigir esta situação, o Governo Federal criou, em 1975, "um plano nacional de desenvolvimento da pós-graduação e, um ano depois, atribuiu à Capes a responsabilidade de promover a qualidade dos programas por meio de avaliações sistemáticas" (Verhine; Souza, 2021, p. 4). Somente nos anos 1980, a Capes criou um modelo de avaliação mais estruturado, que serviria, ao mesmo tempo, para avaliar a qualidade dos programas e realizar a distribuição de recursos e bolsas.

Entre os anos 1980 e os anos 1990, a Geografia chega com apenas 11 programas em três regiões do país, com um crescimento no número de programas relativamente lento e concentrado. Mesmo que mais quatro programas de doutorado tenham sido criados nos anos 1990, esses estavam majoritariamente localizados na região Sudeste, com apenas um programa na região Sul (UFSC). A criação de MA na UFBA, na UECE e na UFG, por exemplo, na mesma década, apontava uma mudança ainda tímida na

concentração excessiva e hegemônica na região Sudeste. Até a década de 2010, os Estados do Acre, Roraima, Amapá, Tocantins, Alagoas, Maranhão e Piauí ainda se encontravam descobertos pela expansão dos PPGGs. Somente nas últimas duas décadas é que ocorreu um aumento de quase 700%, totalizando os 76 PPGGs atuais (Gráfico 2) e a abrangência destes em todas as regiões do país (Mapa 1).

Gráfico 2 – Gráfico do crescimento dos programas de pós-graduação em Geografia por décadas



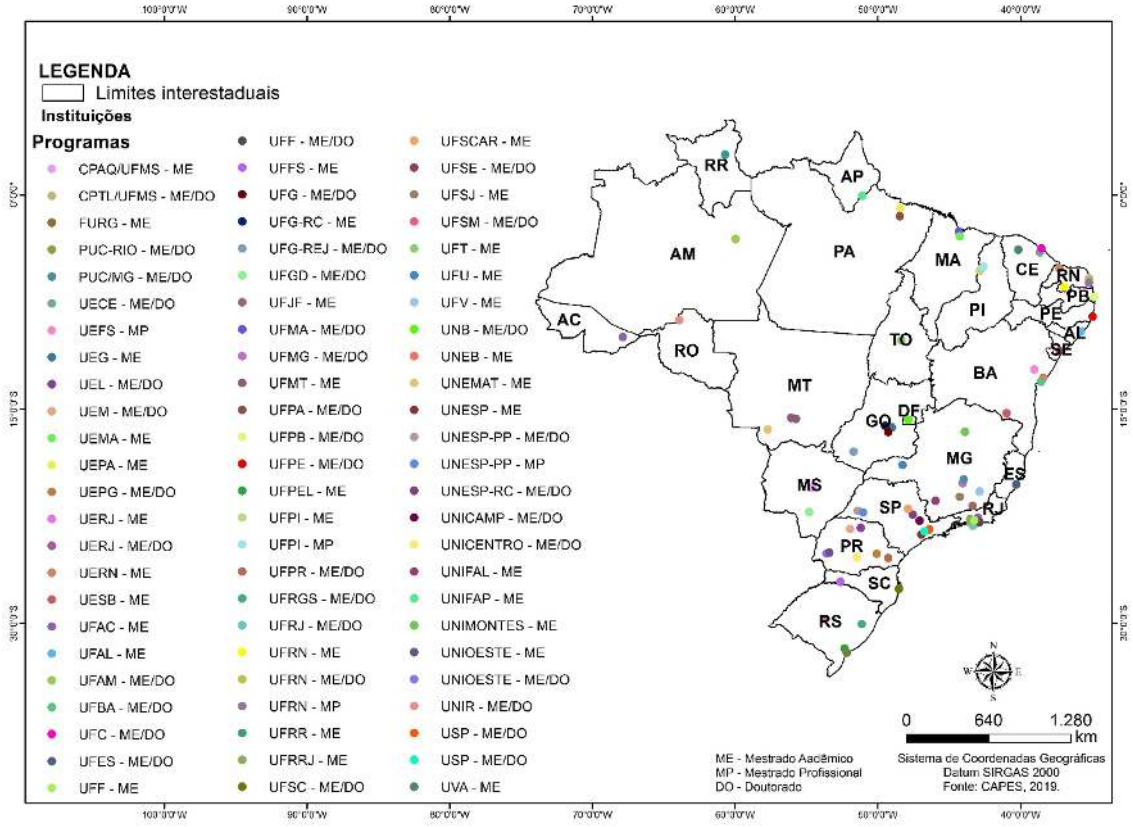
Fonte: Relatório de Avaliação Quadrienal (Capes, 2017, 2022). Elaboração: Ulises Rodrigo Magdalena.

Considerando o cenário atual dos PPGGs, constatamos a permanência de apenas dois cursos com nota 7, ambos localizados no Sudeste: Unesp (Presidente Prudente) e UFRJ. Embora muito tenha sido falado sobre travas ou proibições do aumento dos programas de excelência pela Capes, esse não foi o caso nesta Quadrienal; ao contrário, várias áreas tiveram um crescimento expressivo de Programas nota 7, como foi o caso da História, apenas para citar um exemplo da área de Humanidades. No caso da Geografia, esse *ranking* é interno à própria área. Embora alguns Programas apresentassem uma tendência para a elevação de nota 6 para Nota 7, como foram os casos da Unicamp, da UFC e da UFPR, Programas consolidados como a Unesp/Presidente Prudente, com um nível de excelência muito acima da média, marcam um distanciamento em relação aos outros Programas. Certamente, na próxima avaliação, vários Programas estarão mais estruturados para alcançarem a nota 7.

Os cursos com nota 6, mesmo que lentamente, já demonstram uma relativa dispersão, embora ainda majoritariamente localizados no Sudeste (USP – Geografia Humana, USP – Geografia Física, Unicamp, UFF e UFMG), Sul (UFPR e UFRGS), com 1 no Nordeste (UFC). Ou seja, enquanto na região Sudeste 20% dos seus programas são

nota 6, a região Norte ainda não apresenta nenhum programa nessa faixa de notas, e a região Centro-Oeste, só agora, possui 1 programa, na UFG.

Mapa 1 – Distribuição regional dos Programas de Pós-Graduação em Geografia

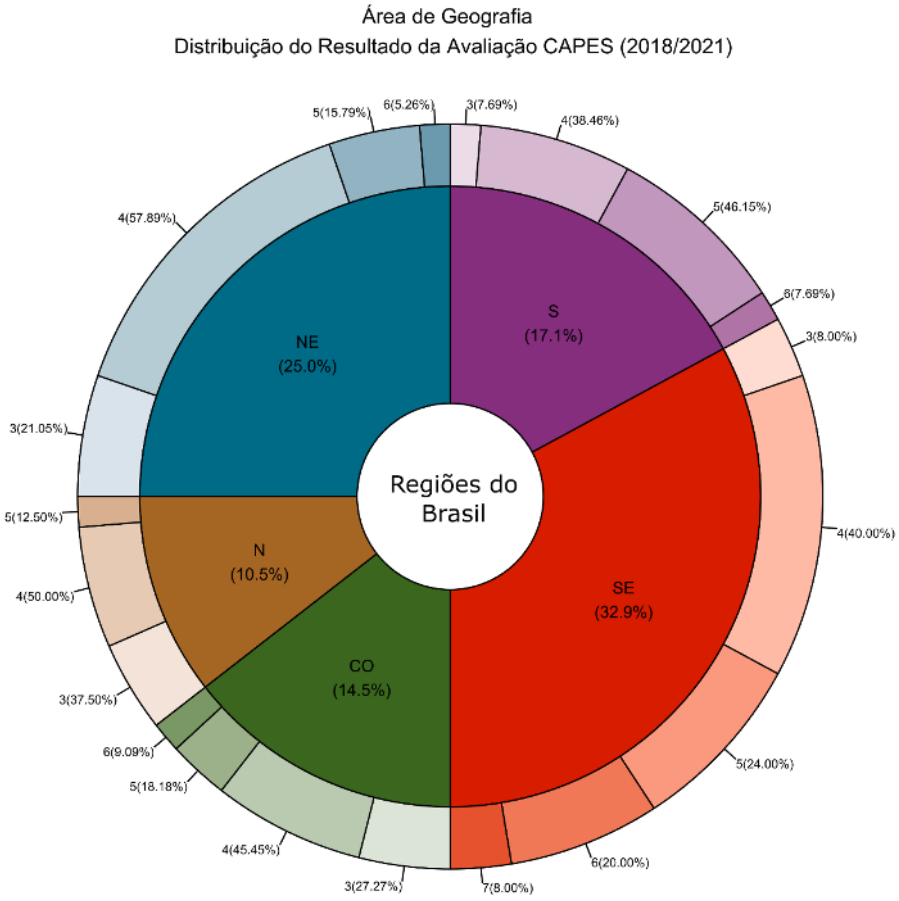


Fonte: Documento da Área de Geografia (Capes, 2019). Elaboração: Coordenação da Área de Geografia (2018-2022).

Os cursos com nota 5, que apontam o estágio de consolidação dos PPGs, concentram-se no Sul e Sudeste, com 70,15% do total, enquanto o Centro-Oeste e o Nordeste contam com apenas dois cursos com essa nota. A região Norte, que não possuía nenhum curso com nota 5, conta agora com a UFPA. Na região Sul observamos que 84,61% dos Programas encontram-se na faixa das notas 4 e 5, indicando uma estabilidade na consolidação de programas (Gráfico 3).

Na região Nordeste é visível a ascensão dos Programas nota 3 e a ampliação dos Programas nota 4, elegíveis para o doutorado, o que indica uma mudança importante nesse quadro regional.

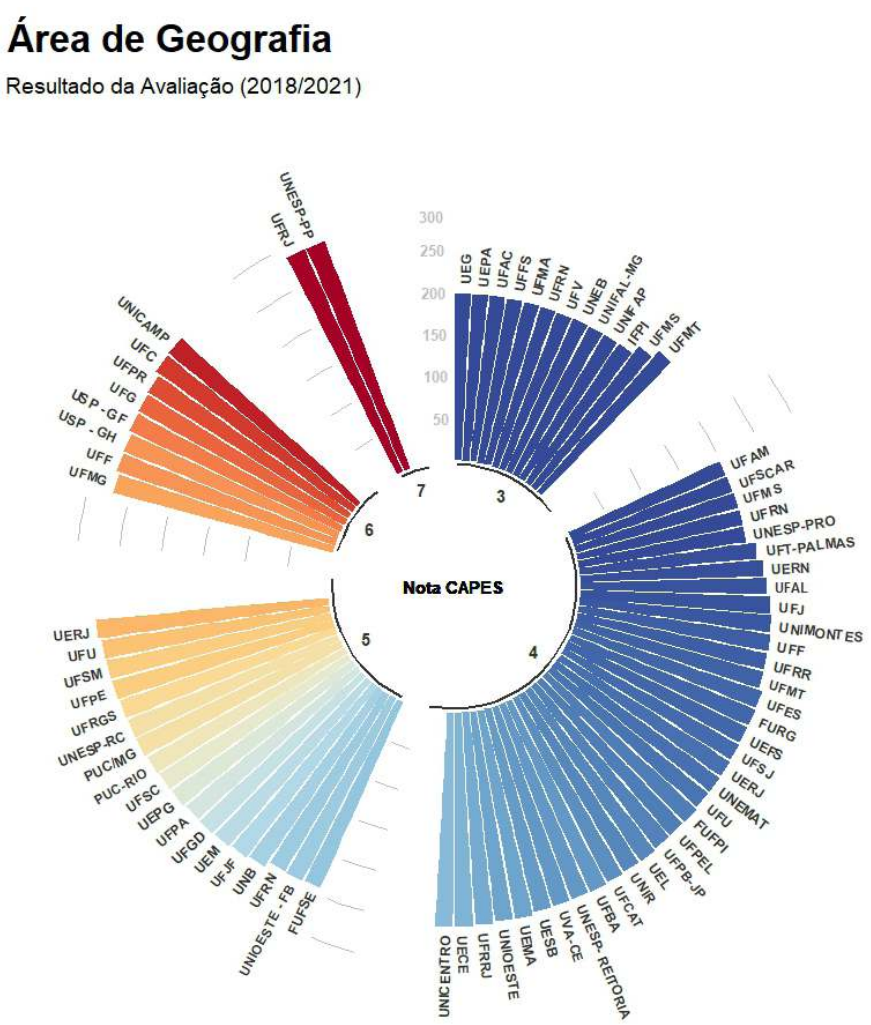
Gráfico 3 – Distribuição regional e por notas dos Programas de Pós-Graduação em Geografia



Fonte: Relatório de Avaliação Quadrienal (Capes, 2022). Organização: da autora. Elaboração – Ulises Rodrigo Magdalena

Em uma análise de tendências, a partir da avaliação realizada pela Comissão Geral da Avaliação Quadrienal, que reflete aquele momento da estrutura dos programas, identificamos uma distribuição e o posicionamento dos PPGGs a partir da análise geral da Ficha de Avaliação (quesitos, itens e subitens), como mostra a Gráfico 4, a seguir:

Gráfico 4 – Análise de tendências dos PPGGs (2018-2022)



Fonte: Relatório de Avaliação Quadrienal (CAPES, 2022). Organização: da autora. Elaboração – Ulises Rodrigo Magdalena

Essas tendências expostas na Figura 5 são uma representação provisória dos PPGGs, são apenas o retrato de um instante da análise, pois sabemos que a dinâmica de cada um reflete condições internas e externas que se alteram, muitas vezes, rapidamente. É o caso, por exemplo, de programas que perdem docentes importantes devido às aposentadorias, outros que ganham grandes investimentos de programas internos das suas IES, enfim, são cenários imponderáveis para uma previsão segura.

Caminhamos muito até chegarmos nesta avaliação final do quadriênio. No caso da Geografia, um primeiro enfrentamento foi a aprovação de APCN 2017/2018 (Aplicativo para Propostas de Cursos Novos), com 23 novas propostas de 2017 (passivo) e 2018, entre as quais, 3 propostas de Doutorados e 5 propostas de Mestrados Profissionais. O Nordeste liderou no número de solicitações com quase metade dos pedidos (10 das 23 solicitações), e a região Norte apresentou-se em segundo lugar, com um total de 6 solicitações. No entanto, apenas uma solicitação para doutorado na região Norte e nenhuma para a região Nordeste demonstrou a contínua expansão da abertura de novos mestrados, considerando que todos em funcionamento nas duas regiões, Norte e Nordeste, só

possuíam nota 3. No geral, foram enviadas apenas 3 solicitações de novos doutorados (N, SE, CO).

Dos 13 cursos novos aprovados pelo APCN 2017/2018, 11 passaram a ser Programas Novos, ainda sem avaliação. E, embora a região Sudeste apresentasse os únicos programas nota 7 do país, 1/3 dos seus programas ainda eram representados pelos de nota 3, que hoje representam 8% do total. A região Centro-Oeste apresentava 46% dos programas com nota 3, hoje possui 27,27%. Apenas a região Sul possuía maior proporção de programas consolidados com notas 4, 5 e 6, em um total de 69%, e hoje estes 3 estratos representam quase a totalidade dos programas, com 92,3% do total. A região Norte é a que ainda apresenta a maior proporção de Programas nota 3, com 37,50% (Figura 4).

Embora a orientação da DAV/Capes fosse para que aprovássemos no máximo 25% dos APCNs, aprovamos mais de 50%. Além do mérito das propostas, temíamos que a expansão dos PPGs entrasse em risco com o novo governo federal e a incansável troca de cadeiras no MEC, na presidência da Capes e na Diretoria de Avaliação[1].

Diante do quadro geral de distribuição de programas em todas as regiões do país, após a aprovação dos APCNs 2017/2018, com uma base muito grande da pirâmide de notas, ficava claro que aquele seria um momento de privilegiar a consolidação dos programas já estabelecidos, ampliar o número de doutorados e melhorar a estrutura dos doutorados nota 4 e dos mestrados nota 3 para que servissem de alavanca para toda a estrutura. Afinal, embora tenhamos superado a assimetria regional, com PPGGs presentes em todas as regiões da federação, hoje temos outras assimetrias em termos de produção científica, formação docente e discente, internacionalização e estrutura de funcionamento, tanto material quanto da Proposta.

Ainda dentro dos novos APCNs, uma conquista importante do período foi a aprovação do PROFGEO, em 2020 (DOU n. 224, 24 de novembro de 2020), com instituição sede na UFSM, que coordena a rede nacional, e é formado por uma rede que conta com nove Instituições, e pode ser ampliada: Instituto Federal Catarinense (IFC), Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Instituto Federal de Brasília (IFB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). “Trata-se de um programa de pós-graduação *stricto sensu* em Geografia, reconhecido e avaliado

1 Durante o período da Quadrienal 2018-2022, assistimos às mudanças consecutivas de Ministros da Educação, (Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub [2018], Ricardo Vélez Rodrigues [2019], Milton Ribeiro [2019-2020]); de Presidentes da Capes (Abílio Baeta Neves, da Ciência Política/UFRGS [2018], Anderson Ribeiro Correia, da Engenharia Civil, Instituto Tecnológico de Aeronáutica/ITA [2019], Benedito Guimarães Aguiar Neto, do Direito/Universidade Presbiteriana Mackenzie [2020] e Cláudia Mansani Queda de Toledo, do Direito, Centro Universitário de Bauru [2021-2022]); e de Coordenadores de Avaliação (DAV) (Profa. Sonia Nair Bao [2018-2020], Prof. Dr. Flávio Anastácio de Oliveira Camargo [2020-2021], Sergio Oswaldo de Carvalho Avelar [2022]), processo que gerou muita instabilidade e mudanças de direção, devido a visões, muitas vezes, diferentes e pessoais.

pela Capes, credenciado pelo Conselho Nacional de Educação, CNE, e validado pelo MEC" (https://profgeo.ifc.edu.br/).

Naquele momento, já existiam 11 PROFs e a Geografia ainda não estava dentro desse processo importante que se configura como uma política de Estado para capacitar os professores. O PROFGEO é criado por indução da Capes. Desse modo, a partir de reuniões com Sônia Baun, então Diretora de Avaliação da DAV/Capes, que incentivou muito a sua implantação, fizemos contatos com coordenadores de outros PROFs, como o de História e o de Matemática, para conhecermos melhor o processo. O trabalho cuidadoso do Coordenador dos Programas Profissionais, Prof. Dr. Gláucio Marafon, para quem este Mestrado já era um projeto antigo, possibilitou criar as condições para a sua implantação. Os representantes das instituições que formaram a rede da sua fundação também trabalharam conosco na elaboração deste projeto que abriu seu primeiro Edital de Seleção em 2021, com início em março de 2022 (https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prograd/editais/045-2021). A expansão horizontal do PROFGEO, de modo a cobrir as várias regiões do país – hoje está presente nas regiões Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste, sem a participação de IES da região Norte –, depende da adesão de novas instituições, além das nove que as constituíram, inicialmente, no primeiro Exame Nacional de Acesso (ENA) ao Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional – PROFGEO.

Os antecedentes do novo Modelo de Avaliação

Ao entrarmos, em 2018, fomos conduzidos por um processo que já estava em curso na Capes. A Comissão Nacional de Acompanhamento do PNPG (Portaria n. 203, DOU de 17 de novembro de 2016) havia recebido do Conselho Superior (CS) da Capes, em novembro de 2017, a missão de elaborar um estudo sobre o processo de avaliação. O resultado foi o relatório aprovado pelo CS da Capes, em 2018, *Proposta de Aprimoramento do Modelo de Avaliação da Pós-graduação da CAPES – Documento Final da Comissão Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020* (Capes, PNPG CS Avaliacão, 10/10/2018), que contou com a participação de várias entidades, convidadas a debaterem e emitirem pareceres, tais como: ABC, Andifes, Abruem, Abruc, CNE, Confap, Consecti, CNPq, CTC-ES, Finep, Inep, Foprop, MCTIC, MDIC e SBPC; associações específicas; consultores internacionais e organismos representativos da Ciência, Tecnologia e Inovação, juntamente ao Conselho Técnico-Científico (CTC) (Capes, 2018). A inserção dos novos critérios de avaliação incorporados ao processo de transição para o novo modelo foi um processo construído, desde 2018, nos Seminários dos Grupos de Trabalho de Revisão dos Critérios de Avaliação e, a partir dos resultados obtidos pelos GTs, foram geradas diretrizes para os novos rumos da avaliação dos PPG no país. Em 2020 (Capes, 2020), os principais eixos da nova avaliação proposta pela Comissão de Acompanhamento já estavam aprovados pelo CS/Capes: autoavaliação; impacto econômico e social, regional e nacional; modelo único de Avaliação Multidimensional (diferentes pesos para determinados aspectos e dimensões); produções indicadas (mais relevantes); relevância social; acompanhamento de egressos; balanço entre indicadores

quantitativos e qualitativos; mudanças no Qualis; internacionalização e inovação. A implantação deste processo se prolongou durante todo o Quadriênio (2018-2021) com o trabalho contínuo dos GTs [2] (Capes, 2020, p. 7).

Embora com um processo consolidado de um sistema de avaliação considerado muito qualificado, os resultados destas consultas e debates acordaram que "o atual sistema avaliativo atingiu um ponto de esgotamento e deve ser conceitual e objetivamente repensado e aprimorado" (Capes, PNPG CS Avaliacão, 10/10/2018). Além das demandas quase orgânicas ao desenvolvimento da estrutura de PPG do país, tais como a consolidação de programas, as assimetrias de áreas de conhecimento e de presença nas regiões do país, a necessidade de novos padrões para a internacionalização, para a relação com os atores não acadêmicos em um crescente movimento de rompimento dos muros das universidades em relação às ações econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais e as ações de extensão e de transferência de conhecimento, havia um modelo de cognição sobre o que era a produção científica que estava em esgotamento. O produtivismo científico alcançado – em grande parte devido ao próprio modelo quantitativo de avaliação que atribuía 70% da nota à produção intelectual, particularmente nos periódicos qualificados (30% a 40% da nota à produção intelectual dos docentes e 30% a 40% à produção dos discentes) – mostrou-se frágil em sua estrutura e necessitava, se não de uma implosão, de novos ares qualitativos, pois desviava de sua função social e científica essencial que é a da formação para priorizar a produção. Ainda que, inicialmente, repousasse mais em intencionalidades, utopias e ciência da necessidade de mudança do modelo anterior, novas narrativas foram sendo produzidas. Segundo o próprio documento:

> Prevalece uma concepção quantitativa na avaliação e o peso numérico estimula os programas a buscar uma prática "produtivista" exagerada que, em muitos casos, resulta em produção de baixa qualidade e de baixo impacto. O "produtivismo", quando transformado em cultura acadêmica no interior dos programas, tende a negligenciar a fundamental importância da formação do pós-graduando. Uma avaliação que valorize mais os aspectos qualitativos dos programas exige revisão dos quesitos e critérios de avaliação (Capes, PNPG CS Avaliação, 10/10/2018, p. 16).

A crítica ao produtivismo, que já era senso comum, foi legitimada e tornada oficial no interior da estrutura de avaliação da Capes. Sobre o tema, Rita de Cássia Barradas Barata, nomeada Diretora de Avaliação DAV/Capes, em 2016, defendeu a revisão do modelo de avaliação, denunciou o uso acrítico dos indicadores quantitativos, criticou o modelo de comparação de desempenho entre os programas, o que levava a uma estratificação ou *ranking*, sem a possibilidade de identificação, entre os programas, dos diferentes processos de cada um, o que relativizaria os resultados obtidos. Diante de tantas

2 O número e os resultados dos GTs estão disponíveis em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/relatorios-tecnicos-e-grupos-de-trabalho. Acesso em: 28 maio 2023, onde constam os GTs de: Autoavaliação; Ficha de Avaliação; Produção Técnica (PTT); Qualis Periódicos; Qualis Livros; Qualis Artístico/Eventos; APCN/EAD; Impacto Econômico e Social; Internacionalização; Inovação; Equivalência entre Conceitos e Notas.

distorções do modelo quantitativo, Barata (2019, p. 2) apontou o caminho para uma avaliação mais qualitativa:

> (...) ponto importante na reformulação do processo de avaliação é a necessidade de se equilibrarem abordagens quantitativas e qualitativas. Avaliar pressupõe atribuir valor àquilo que se está analisando. Não há como escapar dessa tarefa atribuindo, aos indicadores quantitativos, uma posição de neutralidade. Dado o tamanho do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG), é inevitável o recurso a indicadores quantitativos, porém são necessárias, além deles, avaliações qualitativas que permitem diferenciar situações que podem gerar indicadores quantitativos semelhantes a partir de condições muito diversas e, portanto, com significados distintos.

A construção dessa nova narrativa da avaliação geraria, ao fim, a nova avaliação multidimensional. Em 2018, Rita Barata (2019, p. 3) já adiantava: "Há, pelo menos, três aspectos cruciais que atualmente estão ausentes ou subvalorizados na avaliação e que deveriam fazer parte da nova proposta, todos eles abordados pela Comissão Nacional: a questão da formação, a autoavaliação e o impacto econômico e social", eixos que viriam a ser estruturantes da nova Ficha de Avaliação.

Essas mudanças de concepção demandavam mudanças operacionais no sistema e novos instrumentos de avaliação, particularmente no que se refere à Ficha de Avaliação e ao Coleta. E Barata (2019, p. 5) estava certa, estes desafios de mudança precisavam ser enfrentados para "reformular o sistema de avaliação", de modo a melhor espelhar a diversidade de programas. E este roteiro foi seguido, com todas as pedras que puderam existir no caminho. O processo de construção do novo modelo de avaliação impôs que as áreas elaborassem os novos Documentos de Área e Tabelas Síntese, os novos documentos de APCN (Acadêmicos, Profissionais e EAD), a nova Ficha de Avaliação e Anexo, e se debruçassem sobre a reformulação do Qualis (Capes, Ofício Circular n. 31/2020-GAB/PR/CAPES – Ata CTC de 24 de julho).

Seminário de Meio Termo: os antecedentes da Geografia face à nova Ficha de Avaliação

O Seminário de Meio Termo da Área de Geografia (Capes, 2019) ocorreu nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 2019 e dos 72 programas acadêmicos existentes na área, 69 estiveram presentes, e dos 4 mestrados profissionais, 3 estiveram representados. Ali foi pautada a necessidade de reconstrução da Ficha de Avaliação e pudemos partilhar os debates sobre os principais critérios considerados fundamentais para este processo. Além dos itens já indicados aqui, debateu-se também a permanência de assimetrias regionais para o processo avaliativo; o estímulo à incorporação de tecnologias sociais para compreensão do que seja inovação; a importância das redes e da colaboração entre as IES e das parcerias fora da Universidade, derivadas das pesquisas, teses e dissertações; a necessidade de pensarmos a internacionalização não apenas com os países centrais; e a familiarização dos coordenadores de PPGG com as 3 novas dimensões que integram a Ficha de Avaliação: Programa; Formação; Impacto na Sociedade.

A questão da inovação, por exemplo, tão na pauta dos discursos neoliberais, foi compreendida, também, a partir de novas tecnologias sociais, voltadas para a interação com a sociedade civil, seus coletivos e na articulação com as políticas públicas de impacto social, cultural e ambiental. Houve unanimidade sobre a necessidade de discutirmos o que é, afinal, a inovação, tendo em vista a ação social e as teorias, conceitos, metodologias e geotecnologias dentro das ciências humanas. Essa visão foi passada aos consultores das comissões de avaliação, de modo a considerar, por exemplo, cartografias sociais, inventários, análises de riscos e vulnerabilidade socioambiental, metodologias aplicadas ao ensino, ou trabalhadas junto a populações tradicionais, entre outras. Essa é uma reflexão e uma ação que ainda devem ser desenvolvidas na Geografia brasileira.

Em relação às novas demandas para que os programas insiram o planejamento estratégico e as ações de autoavaliação continuada, como parte da Ficha, estas ainda apresentam muitos problemas. Há uma desigualdade enorme de condições organizacionais, de infraestrutura, de relações mais afeitas ou mais distantes entre os PPGs e as Reitorias e Pró-Reitorias que tornam o processo muito mais difícil em algumas IES em relação a outras, gerando, como consequência, um mapa desigual dos PPGs nesses dois quesitos.

Outra questão polêmica na comunidade geográfica brasileira – particularmente para a geografia humana –, e oficializada agora na Ficha de Avaliação, é o papel prioritário dos PPGs sobre a formação discente, não unicamente sobre a construção do conhecimento, mas também sobre as melhores maneiras de garantir o papel primaz da relação orientador/aluno, sobretudo na forma como se constroem os produtos finais da orientação e a produção acadêmica decorrente desta. Enfatiza-se a necessidade de fomentar a participação dos discentes em eventos científicos e, como decorrência do seu amadurecimento profissional, a publicação em veículos pertinentes de divulgação científica e técnica, tanto de modo individual como por meio de coautoria com os orientadores. É esperado que os TCCs (T e D) finais deixem como produtos a publicação de artigos em coautoria. Se, por um lado, há excessos na comunidade científica que são, no mínimo, vergonhosos e censuráveis, para não usar termos mais fortes, como a publicação de um número excessivo de artigos, livros, publicação em anais, baseados no trabalho discente, por outro lado, é quase um resultado natural que alguns produtos, após um longo período de formação e orientação, sejam em coautoria orientador-aluno, o que também facilita o acesso dos discentes aos periódicos mais bemr qualificados. Esse produtivismo dos excessos encontrou o seu berço esplêndido na perspectiva neoliberal do ensino que, desde os anos 1990, transformou a educação em mercadoria. Nesse meio, as palavras de ordem da competitividade, do individualismo e do ranqueamento de pares contaminaram a vida acadêmica, tanto docente como discente. Sobre esse processo, Lencione (2013, p. 12) afirmava:

> Esses ranqueamentos, em si, não são deletérios; contudo, passam a ser quando a competitividade se constitui na motivação da produção do conhecimento atingindo o ponto de, inclusive, o esterilizar, a despeito dos indicadores positivos e em elevação. A produção do conhecimento parece crescer, mas no fundo, o que há é, em geral, um empobrecimento das ideias, repetições, pouca inovação e saber.

Quanto à inserção social, ressaltou-se a importância dos PPGs para o desenvolvimento local, regional e nacional, tanto em termos de formação de pesquisadores quanto de professores. Dentre os diversos desdobramentos desses tipos de ação, destacou-se o impacto educacional para a área, com propostas que visam contribuir para a melhoria do ensino básico e superior. Há consenso de que os avanços metodológicos no ensino da Geografia constituem um dos principais desdobramentos de inovação e inserção social para a área como um todo.

Algumas fragilidades dos programas referem-se a irregularidades em relação ao Documento de Área, e mesmo incongruências existentes nos programas, tanto do ponto de vista de seus procedimentos administrativos internos, quanto da condução de suas atividades acadêmicas. Dentre estas destacam-se a atuação de docentes em mais de três programas; docentes permanentes de instituição fora do contexto regional; grande número de colaboradores; docentes sem produção no quadriênio, não justificada; equilíbrio proporcional entre docentes com formação geográfica e externos à área; equilíbrio entre a Área e as Linhas, assim como destas na distribuição da produção, dos laboratórios, das orientações etc.; valorização e inserção de discentes nos projetos de pesquisa, nos laboratórios, em publicações acadêmicas e tecnológicas; valorização dos PTTs, com docentes e discentes; excessos de cargos administrativos e de representação entre os docentes, entre outras. Além, é claro, dos erros de preenchimento da plataforma sucupira que acabam por prejudicar a avaliação dos programas.

Quanto às ações de internacionalização, considerou-se a necessidade de ampliar este aspecto para além de uma construção pautada em um modelo único para todos os programas. Dada a grande diversidade de contextos regionais, de formação dos docentes que integram os PPGs, das temáticas desenvolvidas em cada grupo de pesquisa etc., verificou-se que, além das relações já tradicionalmente estabelecidas com a produção geográfica ocidental (América do Norte e Oeste europeu), há espaço para expandir as interações dentro do contexto latino-americano, além da África, da Ásia e da Oceania. Estes laços se justificam em face das complementaridades das temáticas de pesquisa, da história comum compartilhada e dos desafios semelhantes nas questões socioterritoriais e ambientais.

Ainda em meio às nuvens escuras e turbulentas em que estávamos em 2019, a realização do Seminário de Meio Termo, de modo presencial, em Brasília, trouxe o calor humano necessário de que precisávamos naquele período. A integração dos programas, o esclarecimento de dúvidas em relação aos novos documentos (de APCN, de Área, das Fichas de Avaliação e do Qualis), as orientações às coordenações e o retorno destas em um período no qual mesmo a coordenação de área não se sentia em terreno seguro alimentaram ações mais assertivas, tão necessárias no período seguinte, quando, em 2020, todas as relações passaram a ser remotas, durante a pandemia, até o final da gestão desta coordenação.

Da Avaliação Quadrienal (2018-2022)

Entre 2020 e 2021, com o processo de avaliação em curso, novas inserções no novo Relatório, ou seja, na *Proposta de Aprimoramento do Modelo de Avaliação da Pós-graduação da Capçes* (Capes, PNPG CS – Avaliacão, 10/10/2018), com ofícios e portarias, levaram às manifestações os três Colégios (47 entre as 49 áreas), com o apoio de 117 Associações Científicas e 2.902 Coordenadores de Programas de Pós-graduação, com posicionamentos contrários, sobretudo, a algumas propostas, entre elas: a redefinição das áreas de conhecimento que estruturam os Colégios entre Ciências da Vida, Exatas e Humanidades; avaliação de impacto, com definição de indicadores e avaliação por comissão externa; utilização de indicadores únicos para todas as áreas; extinção do Qualis Periódicos; resultados financeiros como indicador de impacto; ameaças ao CTC; conflitos no entendimento do que seja o modelo multidimensional.

No Quadriênio 2018-2021, vivemos tempos difíceis na área de políticas públicas para a educação, ciência & tecnologia e, por isso mesmo, acreditamos que deveríamos nos fortalecer para a permanência da Instituição Capes, que possui uma estrutura sólida de avaliação, de fomento à pesquisa e à formação há décadas, visando a preservação desta rede nacional de pós-graduação e pesquisa. Tal luta, diante da situação política pela qual passava o país, parecia tão insólita quanto utópica. Nas palavras de Verhine e Souza (2021, p. 2), então coordenadores da Área de Educação:

> O desprezo que o Governo Federal do Brasil tem pela ciência é amplamente conhecido (...) O desdém é especialmente evidente no tratamento do Governo Federal à comunidade científica, à medida que o financiamento à pesquisa foi drasticamente reduzido e cientistas – especialmente cientistas sociais – foram abertamente atacados e insultados com afirmações de que são preguiçosos, de que lhes falta dedicação e, principalmente, por promoverem agendas políticas de um viés de esquerda.

E esta situação de crise na Capes atingiu o seu apogeu quando, em setembro de 2021, com as Comissões de Avaliação Quadrienal em atividade, uma liminar da 32ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro – ação judicial movida por um sindicato de professores universitários, contrários às mudanças ocorridas no sistema de avaliação – determinou a suspensão do processo de avaliação de mais de 4.600 programas de Mestrado e Doutorado. Logo, a comunidade universitária, os conselhos e fóruns científicos e os inúmeros envolvidos no processo, como as próprias IES, tomaram posição no enfrentamento da paralisação. Sabíamos que muitas mudanças estavam, sim, em curso no sistema de avaliação e deveriam ter sido realizadas anteriormente ao processo de avaliação, mas a ameaça de perdê-lo trouxe mais aliados à sua permanência do que contrários à sua continuidade. Em seguida, por solicitação da DAV/Capes, as 49 áreas de avaliação, incluindo a Geografia, produziram Relatórios[3] para o juizado federal, de

3 Este relatório teve como objetivo prestar as informações referentes ao item 20 da NOTA n. 00387/2021/JSMN/PFCAPES/PGF/AGU (SEI 1553155), para o Ministério Público Federal, com análise de todos os critérios de avaliação e quadros comparativos de todos os itens que compõem as Fichas da Quadrienal de 2017 e de 2021, visando a retomada do processo de avaliação (SEI 23038.010914/2021-90).

modo a fornecer provas de que as mudanças realizadas tinham caráter de melhoria do sistema, no comparativo com a avaliação anterior (2013-2016).

> Em sua defesa, a CAPES explicou (...) que todas as mudanças foram implementadas por meio de amplas discussões com todas as partes interessadas, conduzidas por meio de documentos publicados e uma série de reuniões (presenciais e remotas) envolvendo todos os programas do Sistema Nacional de Pós-Graduação" (VERHINE; SOUZA, 2021, p.5).

O retorno aos parâmetros, critérios e diretrizes anteriores seria insustentável no processo de avaliação em curso, além do custo financeiro e de concepção, já que retornar ao modelo anterior colocaria por terra a defesa do novo sistema de avaliação gestado desde 2017. Uma decisão judicial de dezembro de 2021 autorizou a retomada da avaliação da entidade.

O desgaste deste processo custou a exoneração de 4 (quatro) Coordenações de Áreas. Como as comissões de consultores de avaliação já estavam montadas, todos estes colaboradores assinaram as cartas de exonerações, compondo um grande número divulgado pela mídia. Mas o grande apoio de associações científicas, comissões, conselhos e fóruns que apoiaram a permanência da avaliação sustentaram a resistência das outras 45 Coordenações de Área que permaneceram na condução da avaliação. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC), seguidas por inúmeras outras associações científicas, tiveram papel importante nas manifestações contrárias à suspensão do processo de avaliação da CAPES.

Naquele momento a Coordenação da Área de Geografia também recebeu questionamentos sobre a possibilidade de exoneração dos seus coordenadores, e a própria ANPEGE, em defesa e com a assinatura da maioria dos coordenadores de Programas, enviou à Coordenação da Área o seguinte Manifesto: "Nenhum Programa de Pós-Graduação deve ter a sua Nota rebaixada – Manifestação do Fórum dos(as) Coordenadores(as) da ANPEGE sobre a Avaliação Quadrienal (2017-2020) (ANPEGE, Fórum dos Coordenadores, 14 e 15 de setembro de 2021). Tanto os Coordenadores de Programas, sempre presentes conosco no alinhamento do caminho, como a ANPEGE – de certa forma, o nosso sindicato -, que sempre manteve o diálogo com esta coordenação, desde o início, por meio de todos os seus presidentes, Manoel Fernandes (USP), Marco Mitidiero (UFPB) e Adão Francisco de Oliveira (UFT), estavam corretos em buscar defender a permanência dos programas em um período político de tanta turbulência e ameaças.

Do ponto de vista da coordenação de área, nos vimos cercados por todos os lados! Mas decidimos seguir em frente com a Avaliação. A decisão de continuar foi um posicionamento crítico para preservar todo o trabalho realizado até então, acreditando que o problema não era a avaliação, se esta fosse feita com rigor, o problema era preservar a CAPES e a estrutura de Programas de Pós-Graduação diante das tempestades de toda ordem. Temos que agir politicamente sabendo de que lado estamos para não fazer ruir as nossas bases de sustentação. Naquele momento, a DAV/CAPES, como estrutura dos PPG, e a avaliação, como a ação que os mantém, eram esta sustentação.

Ainda que com presidentes e ministros da educação alinhados aquele período obscurantista do governo Bolsonaro, a Direção e toda a equipe técnica da DAV/CAPES, tão qualificada quanto humanizada, resistiu conosco, 49 Coordenações de Área, quando tudo parecia ruir. Acreditamos na validade – sempre provisória e relativa - das ferramentas de avaliação, dos planos operacionais e da normatização da produção científica e suas estruturas institucionais – precisamos deles -, a questão é não dar a estes o papel de fins em si mesmos, são apenas sinalizações para o caminho que escolhemos, sem abrir mão do rigor científico e da negociação política.

Embora as mudanças tragam certo grau de apreensão, acreditamos, nesse caso, que era necessário agregar critérios mais qualitativos e de maior eficácia na avaliação. Claro que este processo foi iniciado em um período de muita turbulência política e precisa de muitos ajustes. Um deles é o volume quase desumano de informações a serem inseridas na Sucupira pelos coordenadores, assim como para a avalição dos consultores das comissões.

A Carta de apresentação da nossa candidatura aos PPGG, em dezembro de 2017, em resposta ao Ofício Circular nº 6/2017-DAV/CAPES, entre outras coisas, dizia o seguinte: “Nossa iniciativa de trabalho propõe pensar o processo da Pós-Graduação em Geografia no Brasil a partir de uma forma mais coletiva e colaborativa, de modo a respeitar as singularidades dos diferentes Programas, gerir os conflitos internos e escutar as posições e demandas da nossa comunidade”. Ainda tendo passado por um turbilhão de conflitos internos e externos à própria avaliação, creio que conseguimos respeitar esse objetivo que, desde o início, nos pareceu essencial.

Vivemos um momento de transição na Administração Federal que nos colocou diante do desafio de trabalharmos correta e empenhadamente de modo a garantir as conquistas e avanços anteriores. O caminho de construção da Pós-Graduação no Brasil – e da Pós-Graduação em Geografia, em particular - tem sido uma história de sucesso e acreditamos que seguir em frente seria o mais correto a fazer para a continuidade desse trabalho e da projeção e reconhecimento nacional e internacional de nossa estrutura de pós-graduação. Como já dito anteriormente, a mudança mais estrutural e de fundo referia-se ao esgotamento de um modelo quantitativista para um modelo mais qualitativo. Tal processo não ocorrerá rapidamente, assim como o modelo quantitativista demorou décadas para ser implantado.

Da Ficha de Avaliação: alguns aspectos a observar

A nova Ficha de Avaliação, um dos principais objetos de críticas que geraram a judicialização já exposta aqui, representa, justamente, a concretização da nova concepção de um modelo mais quantitativo para um mais qualitativo. A proposta inicial era de simplificá-la, com apenas três dimensões (a Ficha inicial era composta por sete quesitos): Programa, Formação e Impacto na sociedade, com a inclusão da autoavaliação, do planejamento estratégico do programa, o acompanhamento dos egressos, mudanças no peso do Qualis, produções indicadas pelos PPGs (as mais relevantes), impacto

social, econômico, regional e nacional e uma série de indicadores de Internacionalização e Inovação. Cada Área, então, teve que elaborar uma nova Ficha a partir dos quesitos e critérios iniciais já aprovados no CTC.

Em 1995, Diniz (1995, p.4-5) apontava a ausência de doutores no corpo docente dos Programas como um indicador de fragilidade dos mesmos. Hoje, crescemos e nos qualificamos muito, mas nossas fragilidades são muito mais complexas e a nova Ficha ensaia detectar grande parte delas.

A primeira delas, do Quesito 1. Proposta do Curso: refere-se ao funcionamento, estrutura e planejamento do PPG em relação a seus objetivos e tem como espinha dorsal da avaliação a coerência entre a Proposta, a Área, as Linhas de Pesquisa e o equilíbrio entre estas e todos os produtos e atividades decorrentes: produção docente e discente, distribuição dos laboratórios, da infraestrutura, das orientações, dos projetos de pesquisa, extensão, da estrutura curricular, produtos técnicos etc. A abrangência local, regional e nacional também é observada na Proposta. O papel dos egressos, do planejamento estratégico, da autoavaliação, do impacto econômico, social e cultural também constam deste quesito. O impacto e o caráter inovador da produção intelectual devem ser observados, aqui, em função da natureza do programa, a partir dos produtos indicados.

No Quesito 2. Formação, que funciona como trava para a elevação para as notas 4 e 5 (não pode ter avaliação fraca ou insuficiente), refere-se à produção docente e discente, incluindo egressos, pesquisa e os vários aspectos da produção e da formação.

No Quesito 3. Impacto na sociedade: os principais aspectos esperados referem-se ao impacto e à inovação da produção intelectual em função da natureza do programa; aos impactos econômico, social e cultural do programa; e à internacionalização e inserção (local, regional, nacional), assim como à visibilidade do programa. Aqui cabe destacar que a inserção local, regional e nacional foi inserida, após longos debates, no GT, no Colégio de Humanidades e no CTC, para a inclusão de programas que, ainda sem ações de internacionalização, pudessem demonstrar a sua inserção nestas outras escalas regionais. Neste quesito encontramos um divisor de águas entre os PPGs, com ações de internacionalização, estabelecimento de redes acadêmicas e científicas, intercâmbios e parcerias com setores públicos e privados que distinguem os programas de excelência dos demais.

Desde as Comissões Preparatórias (1. Qualis Periódicos; 2. Classificação de Produção Técnica Tecnológica (PTT); 3. Qualis Livros; 4. Proposta Qualitativa/Comissão de avaliação de TCC por amostragem de 5% das T e D); e 5. Análise de Indicadores Quantitativos), iniciadas em agosto de 2021, a área de Geografia preocupou-se em indicar consultores de avaliação respeitando os critérios de inclusão de representantes de todas as regiões do país, dos subcampos da Geografia física, humana e de geotecnologias, oriundos de IES diferenciadas e que representassem, também, todos os estratos de avaliação dos PPGG (Capes, 2022), de modo que as Fichas pudessem ter uma avaliação de olhares diversos, representados por todas as possibilidades da própria estrutura dos PPGGs.

Todos os procedimentos, parâmetros, diretrizes e metodologias, os recursos utilizados, as fontes de dados, as fichas complementares elaboradas pela coordenação de área, o sistema de conceituação dos quesitos; assim como a composição das comissões, os procedimentos, os cronogramas e os percalços do caminho estão todos descritos no Relatório de Avaliação Quadrienal (Capes, 2022) e não cabe reproduzi-los aqui. Apenas ressalto alguns procedimentos novos e já destaco o importante papel que os consultores tiveram no processo, como parceiros e colaboradores competentes, muitas vezes trabalhando mais do que o acordado e pago pela Capes, demonstrando o total compromisso destes com a preservação de nossa estrutura de pós-graduação em Geografia em todas as comissões.

Uma novidade da nova Ficha foi a incorporação à análise dos produtos em "Destaques", que foram (a) os oito a dez produtos indicados pelo Programa, incluindo outras produções que não apenas artigos em periódico, e considerando que 50% deveriam estar representados por discentes, egressos ou em coautorias. Para cada produto foi solicitada uma justificativa da indicação, de modo que o programa pudesse realizar uma argumentação qualitativa, dificilmente encontrada nas indicações apenas objetivas; (b) até quatro produtos indicados por docente permanente, a depender do número de anos em que o docente participou do programa no quadriênio (2018/2021); (c) os cinco livros indicados pelo programa. Nesse item, a área incluiu os livros autorais e a organização de coletâneas, tendo em vista a importância das coletâneas para a área; os livros foram classificados pela comissão a partir de uma Ficha de avaliação validada na plataforma da Capes, com os indicadores/critérios para a classificação nos estratos do Qualis Livro; (d) avaliação qualitativa de uma amostra aleatória de 5% das Teses e Dissertações (TCC) de todos os programas, considerando cada um dos anos do quadriênio, além das três Teses e/ou Dissertações indicadas pelo programa; (e) até cinco Produtos Técnicos Tecnológicos (PTT) indicados pelo programa, incluídos entre os 10 PTTs que a área selecionou entre os 21 apresentados pelo GT de PTT; f) até cinco casos exitosos de atuação de egressos, considerando o período de cinco anos para a contagem dos egressos (de 2016 a 2020). Os destaques possibilitam aos Programas a indicação de produções variadas, não apenas de artigos em periódicos qualificados, demonstrando uma contribuição muitas vezes original da sua própria produção, com a inclusão da produção dos discentes, dos PTTs, de ações de extensão com a sociedade ou integrados às políticas públicas, ou programas de inclusão e impacto social, econômico, cultural, ambiental, entre outros.

Embora a redução para três quesitos, na Ficha de Avaliação, tivesse o objetivo de sintetizar a Ficha, a necessidade de itens e subitens, diferenciados para cada área, acabou por reintroduzir uma nova abrangência da avaliação.

Em relação ao objetivo de trazer para o centro da avaliação o impacto na sociedade e a formação discente, análises qualitativas da produção dos PPGs, impactos das ações dos PPGs na sociedade, estas dimensões passaram a ter, de fato, um maior peso na avaliação.

O Qualis Periódicos e a difícil superação de um modelo quantitativista

Do artigo de Rita Barata (2016, p. 18) sobre o Qualis Periódicos, algumas análises permanecem atuais, outras não. Uma é fato: “A classificação dos periódicos não é duradoura. A cada ano uma listagem de periódicos é gerada a partir dos dados sobre a produção científica publicada sob a forma de artigos informados pelos programas nos aplicativos da Capes”.

Desde a instituição do sistema de avaliação dos PPGs pela Capes, em 1977, com a criação de comissões de assessoramento e do CTC, quando a avaliação era feita por conceitos, só substituídos por notas (de 1 a 5), sob a presidência de Eunice Durham, somente em 1998 ocorreram a padronização da Ficha de Avaliação, então com sete quesitos, e a classificação dos periódicos, uma vez que estes já se apresentavam em um grande volume para uma avaliação qualitativa. Assim nascia o Qualis, que também foi alternando a sua classificação entre diferentes estratos (A, B, C, inicialmente, e, depois da trienal de 2007, A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C) (BARATA, 2016, p. 15-16).

Aqui cabe uma primeira observação importante, o Qualis Periódicos é utilizado para a avaliação dos PPGs e só contém em sua lista aqueles que tiveram publicações de artigos indicados pelos PPGs na Coleta da plataforma Sucupira. Contudo, este sistema classificatório extravasou as fronteiras de avaliação dos PPGs pela Capes e passou a ser utilizado por todas as agências de fomento à pesquisa e em inúmeros outros ranqueamentos no âmbito da política acadêmica, tais como em concursos públicos de contratação docente, para a promoção da carreira docente nas IES, em seleções internas aos programas para distribuição de bolsas aos discentes, entre outras.

O papel do Qualis Periódicos foi central no modelo produtivista, cabendo lembrar que, antes da criação da área-mãe (definida pelas áreas que atingirem 50% do uso de determinado periódico), neste último quadriênio, as revistas poderiam ter classificações completamente diferentes, a depender da área de avaliação. Para que se mude essa cultura produtivista, essas outras seleções realizadas pela produção e classificação do Qualis também devem mudar e inserir abordagens mais qualitativas, lembrando que, por trás dos instrumentos, as intencionalidades são dadas por essa cultura.

O Modelo do Qualis-Referência, que qualifica a produção acadêmica a partir de uma classificação única de cada periódico atribuída por uma área-mãe, foi definido nesta última quadrienal e está descrito nos inúmeros documentos da Capes e da área de Geografia. Os indicadores bibliométricos (levantamento automático + análise da área) utilizados no Qualis-Referência foram: CiteScore da Scopus, JCR da Web of Science e índices *h* do Google Scholar. Como divulgado em Ofício Circular n. 31/2020-GAB/PR/Capes (24/07/2020), “para todas as áreas do Colégio de Humanidades, além das áreas Ensino e Saúde Coletiva, haverá uma metodologia referência para o cálculo dos estratos, utilizando o índice *h* de forma ampla, como predominante, facultando também a divisão em subáreas e em idiomas dos periódicos”.

Para o Qualis Periódicos do último quadriênio é importante lembrar que este foi elaborado em várias etapas, com os subsídios de vários fóruns (GT Qualis, Colégios, equipes da DAV, CTC), cabendo destacar as orientações finais do GT Qualis, a aprovação do Qualis Humanidades e a aprovação do documento base do Qualis-Referência pelo CTC, em setembro de 2020 (Capes, OFÍCIO CIRCULAR n. 31/2020-GAB/PR/CCcapes, 2020). Para a área de Geografia cabe também destacar os dois últimos relatórios das comissões Qualis, de dezembro de 2020 e setembro de 2021, respectivamente. A utilização dos critérios de avaliação do Qualis Periódicos cobriu toda a produção cadastrada na plataforma sucupira (Capes, 2022, p. 303) e os parâmetros utilizados seguiram as indicações do "GT do Qualis Periódicos" para as humanidades e adaptados para as revistas de Geografia.

Dois eventos importantes do período refletem a instabilidade vivida durante o processo. O primeiro refere-se ao "Qualis vazado", em 2019, que fazia, sim, parte dos resultados das áreas, mas que, como seriam revistos, não tiveram a sua divulgação autorizada pela Capes. Desde 2018, havia sido constituído um GT especial para propor uma avaliação alternativa que constituiria o Qualis Humanidades, em separado das demais áreas. Vários membros do Colégio de Humanidades, onde a Geografia se encontra, passaram a construir, então, uma nova proposta que seria apresentada em abril deste ano. Contudo, a proposta não chegou a ser apresentada, tendo em vista que foi considerada frágil diante daquelas dos Colégios da Vida e das Exatas, que optaram pelo uso do fator de impacto (Os indicadores utilizados por estes foram: o CiteScore/base Scopus, Fator de Impacto – FI /base Web of Science – Clarivate, JCR), e o h5/base Google Scholar). Diante desse quadro, mas ainda resistindo no sentido de não submeter a produção das humanidades aos mesmos critérios das exatas e das ciências da vida, o Colégio de Humanidades optou por uma avaliação que desse mais autonomia às Áreas. A partir daí cada Área apontou os indicadores para a nova avaliação, respeitando uma boa parte do que foi proposto pelo GT Qualis Humanidades.

O segundo evento refere-se ao próprio processo de avaliação, pois, até iniciarmos os trabalhos, não sabíamos qual resultado do Qualis teríamos por base – o novo foi divulgado somente em 2022 (https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-divulga-lista-preliminar-do-qualis), após a avaliação ser concluída. Essa indefinição causou muita insegurança para editores, autores, programas, e mesmo para a estrutura interna da DAV e para as coordenações de área.

Todo esse processo está documentado pela Capes, em diversos ofícios e portarias, e nos documentos específicos da área de Geografia, particularmente no Relatório do Qualis Periódicos (Capes, 2019) e no Relatório da Avaliação Quadrienal (Capes, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É visível a melhoria geral na qualidade dos PPGGs, fato materializado na avaliação da Quadrienal (2018-2021). A expansão dos grupos de pesquisa e colaborações em rede em escala nacional e internacional, a inserção dos discentes nos projetos, laboratórios

e produções acadêmicas e tecnológicas, a consolidação de propostas de planejamento estratégico, de autoavaliação, de ações de rompimento das fronteiras da universidade para um trabalho mais engajado com a sociedade, todos esses esforços e muitos outros indicam, de fato, uma mudança de direção do que compreendemos e qualificamos como produção científica.

É apenas o início de um caminho, trilhado nesta última quadrienal com muitos obstáculos, que pode, com a participação de todos os representantes dos PPGG, da Anpege e da Coordenação de Área, melhorar o processo de avaliação e nossa estrutura de programas.

Esperamos que as informações e observações sobre a Avaliação Quadrienal (2018-2021), sintetizadas neste artigo, possam servir para a reflexão e a orientação de discentes, docentes, coordenações de PPGG e, particularmente, para identificarmos quem somos nesta estrutura de programa de pós-graduação no Brasil e para onde queremos seguir. Esse é o nosso desafio permanente.

REFERÊNCIAS

BARATA, Rita de Cássia Barradas. Mudanças necessárias na avaliação da pós-graduação brasileira. Interface (Botucatu). 23:e180635, 2019. https://doi.org/10.1590/Interface.180635. Acesso em: 1º jun. 2023.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. *Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis*. RBPG, DF, v. 13, n. 30 (p. 13-40), 2016. Disponível em: https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/947/pdf. Acesso em: 1º jun. 2023.

CAPES/MEC – Ministério da Educação e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Diretoria de Avaliação. Relatório da Avaliação Quadrienal – Geografia, 2017. Disponível em:https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/20122017-geografia-relatorio-de-avaliacao-quadrienal-2017-final-pdf . Acesso em: 27 maio 2023.

CAPES/MEC – Relatório do Qualis Periódicos – GEOGRAFIA, 2019. Dispopnível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/relatorio-qualis-geografia-pdf. Acesso em: 1 jun. 2023.

CAPES/MEC – *Proposta de aprimoramento do modelo de avaliação da* PG: documento final da Comissão Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 – 10/10/2018. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2018-pnpg-cs-avaliacao-final-10-10-18-cs-final-17-55-pdf. Acesso em: 28 maio 2023.

CAPES/MEC – OFÍCIO CIRCULAR n. 31/2020-GAB/PR/Capes – Ata CTC de 24 de julho de 2020. Disponível em: https://uploads.capes.gov.br/files/OF_CIRCULAR_31-2020-GAB-PR-CAPES.pdf. Acesso em: 28 maio 2023.

CAPES/MEC – Relatório da Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG 2011-2020. Brasília, DF: 2020. Disponível em: https://www.prpg.usp.br/attachments/article/6404/apresentacao-PNPG-CS-Capes210520.pdf Acesso em: 28 maio 2023.

CAPES/MEC – Relatório da Avaliação Quadrienal – Geografia, Coordenação de Área, 2022. Disponível em: *https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de*-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_comnotaGeografia.pdf. Acesso em: 28 maio 2023.

CAPES/MEC – Documento da Área de Geografia, Coordenação de Área, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/geografia-pdf. Acessso em: 28 maio 2023.

CAPES/MEC – Relatório do Seminário de Meio Termo – GEOGRAFIA, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/REL_MEIO_TERMO_GEOGRAFIA.pdf

DOU n. 224, 24 de novembro de 2020: Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=24/11/2020&jornal=515&pagina=26&totalArquivos=104. Acesso em: 28 maio 2023.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Breve ensaio em memória dos números da pós-graduação em Geografia no Brasil. *Revista Geonordeste*, São Cristovão, ano XXV, n. 1, p. 4-14, jan./jul. 2014. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/14053. Acesso em: 28 maio 2023.

LENCIONE, Sandra. Linhas de pesquisa da pós-graduação em Geografia. Mudanças, esquecimentos e emergência de (novos) temas. *Revista da ANPEGE*, v. 9, n. 11, (p. 5-19), jan./jul., 2013. https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6487/3468. Acesso em: 2 jun. 2023.

TOURAINE, Alain. O intelectual é um fracassado: a importância de seu papel e da sua luta contra o poder e as ideologias. *In*: *Cartas a uma jovem socióloga*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VERHINE, R. E.; SOUZA, A. R. de. Compreendendo a crise recente na pós-graduação brasileira. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 15, e83788, nov. 2021. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/jpe/article/download/83788/45131. Acesso em: 28 maio 2023.

SOBRE A AUTORA

MARIA TEREZA DUARTE PAES – Geógrafa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1985), Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1992), Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1999). É Professora Livre Docente na área de Meio Ambiente Urbano pela UNICAMP, Departamento de Geografia-IG (2018). Docente da Universidade Estadual de Campinas desde 1994 (no Departamento de Sociologia/IFCH) e, a partir de 1999, no Departamento de Geografia/IG. Entre 2007-2008 realizou Pós-Doutorado em Geografia, com bolsa da CAPES, na Université de Pau et des Pays de L'Adour, na França, no Laboratoire Société Environnement Territoire (IRSAM/SET). Atua nas áreas de pesquisa sobre patrimônio cultural, turismo e meio ambiente urbano, e coordena o Grupo de Pesquisa "Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural". Membro do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo em duas gestões (CONDEPHAAT - 2008-2010 e 2017-2019) e filiada ao ICOMOS/BRASIL. Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (IG/Unicamp, 2008-2010); Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE, 2011-2014), e foi Coordenadora da Área de Geografia na CAPES (abril/2018-dezembro/2022) e membro da Rede Franco-Brasileira de Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas (TP3 - https://astrestp3.wixsite.com/astres-tp3) até 2018. É membro de l'Association Internationale de Géographie Francophone (AIGF). Pesquisadora do CNPq - PQ desde 2014.

E-mail: paes.tereza@gmail.com